

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

A DECISÃO JUDICIAL COMO ATO ARGUMENTATIVO-PRAGMÁTICO: ALGUMAS DELIMITAÇÕES CONCEITUAIS	27
---	-----------

1.1. As dimensões semântica, sintática e pragmática da decisão judicial: um paralelo com a teoria dos signos	29
1.2. Ato argumentativo-pragmático	38
1.3. Fatos e normas	41

CAPÍTULO 2

A SEMÂNTICA DA DECISÃO JUDICIAL: INDETERMINAÇÃO E DISCRICIONARIEDADE	47
---	-----------

2.1. Hermenêutica jurídica e o poder dos juízes: entre criatividade e controle	51
2.2. O pós-positivismo no Supremo Tribunal Federal e a interpretação dos direitos fundamentais: alguns casos exemplares	63
2.2.1. A união entre pessoas do mesmo sexo	66
2.2.2. A execução provisória da pena privativa de liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória	71
2.2.3. O aborto de fetos anencefálicos	75
2.3. Interpretação judicial: ato de vontade ou ato de conhecimento?	82
2.4. O caminho hermenêutico de Ronald Dworkin	93
2.4.1. O Direito como integridade e o juiz Hércules	100

2.4.2. Existe uma resposta certa em casos controversos?	103
2.5. O caminho argumentativo de Robert Alexy	110
2.6. O pragmatismo cético de Richard Posner	118
2.7. A insuficiência dos métodos hermenêuticos	121
2.7.1. A busca pela legitimação da atividade criativa dos juízes	123
2.7.2. Um problema de restrições concretas	128
2.7.3. Hermenêutica e argumentação: caminhos excludentes?	130

CAPÍTULO 3

A PRAGMÁTICA DA DECISÃO JUDICIAL: ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO RACIONAL	135
3.1. Decisão judicial e argumentação	140
3.1.1. Lógica e argumentação	145
3.1.2. Dedução e indução	152
3.1.3. A decisão judicial como ato argumentativo	156
3.1.4. O que os juízes fazem quando fundamentam as decisões judiciais?	165
3.1.5. A fundamentação da decisão judicial segundo Marcelo Guerra	169
3.1.6. As questões jurídicas	175
3.2. Decisão judicial como discurso racional	180
3.2.1. Razão e verdade	183
3.2.2. A razão e seus critérios	188
3.3. A teoria da argumentação jurídica de Robert Alexy	202
3.3.1. O discurso prático racional	204
3.3.2. A tese do caso especial e seus problemas	216
3.3.3. A teoria da argumentação propriamente jurídica	221
3.3.4. A teoria da argumentação de Alexy aplicada à decisão judicial: limites e possibilidades	233
3.3.5. Teoria da argumentação, ato de conhecimento e a possibilidade de uma única decisão correta: a normatividade da teoria e suas consequências	243

3.4. Uma breve nota sobre o modelo Toulmin: a forma do argumento	247
--	-----

CAPÍTULO 4

A DECISÃO JUDICIAL COMO ATO ARGUMENTATIVO-PRAGMÁTICO: FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA, LEGITIMAÇÃO E JUSTIÇA	259
--	------------

4.1. O critério de validade: fundamentação adequada	265
---	-----

4.2. O critério de legitimação: consenso e aceitação da decisão judicial	273
--	-----

4.3. O critério de correção ou justiça da decisão	282
---	-----

4.3.1. A justiça da decisão judicial como igualdade e segurança e sua relação com a clareza argumentativa	291
---	-----

CONCLUSÃO	303
------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	317
---	------------